

INTERTWINING EJA WITH EPT HIGH SCHOOL IN THE RONDONIAN AMAZON: POSSIBILITIES FOR COMPLETING BASIC EDUCATION AND PREPARING FOR THE WORLD OF WORK

M. J. O. NUNES*, L. G. SANTOS

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-1568-0462>*

marcia.nunes@ifro.edu.br*

Submetido 28/04/2025 - Aceito 16/11/2025

DOI: 10.15628/holos.2025.18557

ABSTRACT

The research investigates the offer of Youth and Adult Education courses integrated with Technical Professional Education (EJA-EPT) at the Federal Institute of Rondônia (IFRO), considering goal 10 of the National Education Plan. The aim is to understand the meanings attributed by education professionals, identify challenges and propose a collaborative pedagogical approach. With a qualitative approach (Ludke & André, 2017), it uses document analysis and focus groups with EJA-EPT teacher

coordinators. The results indicate low supply and discontinuity of courses, as well as challenges such as dropout rates, curriculum gaps and technological difficulties. It highlights the need for a specific institutional policy for the EJA-EPT, aligned with the reality of the students, and investment in continuing teacher training. The study highlights the importance of supporting adult students in completing their studies and reducing educational inequalities.

KEYWORDS: Youth and Adult Education - Technological Vocational Education, Federal Institutes, Rondonian Amazon

ENTRELAÇOS DA EJA COM O ENSINO MÉDIO EPT NA AMAZÔNIA RONDONIENSE: POSSIBILIDADES PARA A CONCLUSÃO DA FORMAÇÃO BÁSICA E A PREPARAÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO

RESUMO

A pesquisa investiga a oferta de cursos de Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional Técnica (EJA-EPT) no Instituto Federal de Rondônia (IFRO), considerando a meta 10 do Plano Nacional de Educação. O objetivo é compreender os sentidos atribuídos pelos profissionais da educação, identificar desafios e propor uma abordagem pedagógica colaborativa. Com abordagem qualitativa (Ludke & André, 2017), utiliza análise documental e grupos-foco com professoras coordenadoras da EJA-EPT. Os

resultados indicam baixa oferta e descontinuidade dos cursos, além de desafios como evasão, defasagem curricular e dificuldades tecnológicas. Destaca-se a necessidade de uma política institucional específica para a EJA-EPT, alinhada à realidade dos alunos, e do investimento na formação continuada dos docentes. O estudo ressalta a importância de apoiar os estudantes adultos na conclusão dos estudos e na redução das desigualdades educacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos – Educação Profissionalizante Tecnológica, Institutos Federais, Amazônia Rondoniense.

1 INTRODUÇÃO

Quanto mais as massas populares desvelam a realidade objetiva e desafiadora sobre a qual elas devem incidir sua ação transformadora, tanto mais se “inserem” nela criticamente. (Paulo Freire, 2013, p. 38).

A epígrafe de Paulo Freire faz uma reflexão sobre como o entendimento profundo da realidade desafiadora, na qual as pessoas estão imersas, é crucial para sua capacidade de agir de forma crítica e transformadora. A educação profissional e tecnológica nos Institutos Federais (IFs) está cada vez mais em consonância com a visão de Paulo Freire sobre a conscientização crítica. Ao integrar conhecimentos técnicos com uma compreensão aprofundada da realidade social e econômica, os estudantes são estimulados a refletir em relação à realidade que o cerca ou a refletir em relação à sociedade da qual é parte, de modo a promover uma participação ativa em prol de uma sociedade mais justa e igualitária.

Diante disso, este artigo lança o olhar sobre a última etapa da Educação Básica brasileira – o ensino médio, tendo como referência o cumprimento da meta 10 do Plano Nacional de Educação³ – PNE (2014-2024) que trata do aumento das matrículas de Educação de Jovens e Adultos – EJA, no ensino médio integrado à Educação Profissional e Tecnológica – EPT. De acordo com o PNE, a Meta 10 diz que se deve “oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de Educação de Jovens e Adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à Educação Profissional”. PNE – Lei nº 13.005/2014.

Dessa forma, entende-se que a essência da meta 10 do PNE¹ tem foco na conclusão da educação básica, com vistas a elevar o nível de escolaridade de jovens e adultos que, por motivos diversos, não concluíram essa etapa escolar. Com o propósito de atender o que determina essa meta, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO planeja ampliar a oferta de cursos de nível médio, articulados a cursos técnicos, que contemplem as especificidades do público da EJA e propiciem, para além da formação básica, a preparação para o mundo do trabalho.

Assim, nesta pesquisa objetivou-se investigar como acontece a oferta dos cursos de nível médio articulados a cursos técnicos na modalidade de Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica - EJA-EPT já existentes no IFRO. As indagações que conduziram a pesquisa foram: Quais os sentidos construídos pelos profissionais de educação que vivenciam ou vivenciaram a experiência de oferta de EJA-EPT no IFRO? Quais as principais dificuldades enfrentadas para a oferta da EJA-EPT no IFRO? Como pensar uma proposta pedagógica para cursos EJA-EPT no IFRO?

¹ O Plano Nacional de Educação (PNE) é um conjunto de diretrizes, metas e estratégias voltadas para a melhoria da educação no Brasil. Instituído pela Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, o PNE tem validade de dez anos e inclui 20 metas que abrangem todos os níveis de ensino, da educação infantil à pós-graduação, além da valorização dos profissionais da educação.

Esta pesquisa é de abordagem qualitativa a partir dos pressupostos apresentados pelas pesquisadoras Lüdke e André (2017). Utilizou-se das pesquisas bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica (Gil, 2008) trouxe importantes contribuições para a investigação nos permitindo a compreensão dos conceitos de EJA e EJA-EPT, além de evidenciar algumas produções científicas que problematizam as mudanças e as continuidades da EJA-EPT.

A pesquisa documental foi orientada por Severino (2017) e voltou a atenção para documentos institucionais, como o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, Plano Pedagógico Institucional - PPI e alguns Projetos Pedagógicos de cursos - PPCs oferecidos na modalidade EJA - EPT pelo IFRO, que ajudaram na compreensão de como os cursos na modalidade de EJA foram planejados e organizados em relações às questões curriculares.

A pesquisa de campo foi realizada por meio de grupos-foco on-line (Fox, 2019) com 05 (cinco) professoras coordenadoras que atuam ou atuaram nos cursos EJA-EPT do IFRO, a fim de conhecer as principais dificuldades enfrentadas. As atividades foram desenvolvidas de maneira on-line síncrona, permitindo capturar dados importantes da experiência de vida das colaboradoras com a EJA, bem como suas perspectivas e entendimentos coletivos ao compartilharem suas experiências laborais. O grupo se reuniu em 03 encontros, entre os meses de fevereiro e março de 2024, resultando em cerca de 3h e 30min de interação do grupo. Os dados dos encontros foram registrados na forma de relatório nomeado “Memórias da roda de conversa sobre EJA no IFRO” e foram submetidos à análise de conteúdo (Bardin, 2016).

A seguir, na Tabela 1, apresentamos a autodescrição de cada professora colaboradora no sentido de evidenciar suas experiências com a EJA, dentro e fora do IFRO. Por razões éticas e de privacidade, optamos por preservar a identidade das colaboradoras envolvidas na pesquisa.

Tabela 1: Autodescrição das professoras colaboradoras

Autodescrição relacionada ao exercício profissional na EJA

Professora P1- Graduada em Letras, Pós-graduada em Administração e Planejamento na Docência, trabalha na educação desde 1985. Foi por 12 anos diretora do Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA) Teresa Mitsuko Tustumi, em Ji-Paraná. Hoje, no IFRO, leciona e participa da elaboração do projeto pedagógico da EJA-EPT. Em 2024, completa 40 anos de trabalho docente, sente-se orgulhosa e almeja aposentar-se.

Professora P2 - Leciona Matemática, é Mestre pelo Mestrado Profissional em Matemática (PROFMAT), tem 30 anos de docência, trabalhou na EJA do estado de Rondônia por 7 anos e coordenou o primeiro curso de EJA ofertado no *campus* Guajará-Mirim, no período de 2018 a 2022.

Professora P3 - Leciona Geografia, é Mestre pelo Programa de Pós- Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), tem 4 meses de IFRO e é coordenadora atual do curso Técnico em Administração do *campus* Guajará-Mirim. Tem experiência de 13 anos na EJA do estado de Rondônia e está se aprofundando na área de EJA-EPT.

Professora P4 - Graduada em Letras com ênfase em Língua Portuguesa e Espanhola, é Especialista em gestão educacional, trabalhou 10 anos na EJA do município de Colorado do Oeste e afirma que o desafio agora é a implantação da EJA FIC Viveiricultor, no IFRO *campus* Ji-Paraná.

Professora P5 – Pedagoga, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica- PROFEPT, pesquisa sobre a Viabilidade de Implantação do PROEJA nos *campi* do IFRO.

Sua primeira experiência com a EJA foi no período de 2013 a 2014 quando participou como alfabetizadora do Programa Brasil Alfabetizado, mais tarde atuou como Professora Colaboradora no curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação de Jovens e Adultos, em 2020, ministrou as disciplinas de Educação de Jovens e Adultos na Diversidade e Cidadania; Metodologias e Estratégias de Ensino. Trabalhou no *campus* de Guajará- Mirim, durante a oferta de dois cursos da EJA/EPT, participou da comissão para elaboração do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio, na modalidade EJA/EPT. Disse ter obtido experiências significativas ao longo da sua caminhada com a EJA e pretende seguir essa jornada para que a educação alcance a todos.

Nota: Elaborado pelas pesquisadoras a partir de dados coletados no Grupo Foco Online.

A autodescrição relacionada à atuação profissional na EJA das professoras colaboradoras demonstra que elas possuem uma experiência significativa na EJA, Na qual enfrentaram diversos desafios ao longo de suas carreiras, tanto no sistema de Educação Estadual, quanto no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia-IFRO.

2 DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS À PROPOSTA INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EJA-EPT)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) estabelece uma estrutura educacional segmentada por faixas etárias. Na prática, devido a diversas razões, essa divisão nem sempre é alcançada de forma que muitos brasileiros chegam à vida adulta com baixo índice de escolaridade, muitas vezes, tendo passado apenas pela alfabetização. Para as pessoas que não tiveram acesso ou não concluíram os estudos na idade apropriada 2 existe a modalidade de ensino da Educação Básica chamada de Educação de Jovens e Adultos (EJA), voltada para jovens com mais de 15 anos para a conclusão do Ensino Fundamental e partir dos 18 anos para os adultos que desejam retomar seus estudos para cursar o Ensino Médio.

Um breve levantamento sobre o histórico da EJA no Brasil, evidencia que suas raízes datam no início do século XX, no qual o Brasil apresentava alto índice de analfabetismo, cerca de 75% da população não sabia ler nem escrever. O acesso à educação era limitado, em especial, nas áreas

² De acordo com a legislação brasileira, a faixa etária de escolarização obrigatória vai dos 4 aos 17 anos. Por lei, aos 4 anos, a criança deve ingressar na pré-escola, aos 6 anos, no ensino fundamental e, aos 15 anos, no ensino médio.

rurais e entre as camadas mais pobres da sociedade. A falta de investimento em educação e a ausência de políticas públicas eficazes para combater o analfabetismo contribuíram para esse cenário preocupante. Houve iniciativas isoladas do movimento de Educação Popular, muitas vezes ligadas a movimentos sindicais e religiosos, para a alfabetização de adultos, no esforço de combater o analfabetismo no país.

A partir da década de 1940, com a criação do Movimento de Cultura Popular (MCP), por Paulo Freire e outros educadores, a educação de adultos começou a ganhar destaque. O MCP propôs uma abordagem de alfabetização apoiada na conscientização e que usasse métodos dialógicos e conteúdos relacionados à realidade dos alunos. A partir de 1960, surgiram programas governamentais de alfabetização, como o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), que visavam reduzir os altos índices de analfabetismo no país.

Paulo Freire, na década de 1970, desenvolveu um método de alfabetização, conhecido como Método Paulo Freire ou Método Paulo Freire de Alfabetização, tido como referência internacional e influenciou deveras a EJA no Brasil e em outros países. A partir da promulgação da Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, a EJA foi, de forma oficial, reconhecida como uma modalidade de ensino que equivale ao ensino regular e proporciona oportunidades de Educação Básica para jovens e adultos que não tiveram acesso ou não concluíram seus estudos na idade adequada. Desde então, o Brasil tenta implementar políticas e programas de EJA capazes de garantir o acesso e a permanência de jovens e adultos na escola, com vista a promover a inclusão social, a cidadania e o desenvolvimento pessoal e profissional desses estudantes.

Araújo e Simonard (2023) defendem que a EJA deve ser reconhecida como um direito social fundamental, uma vez que busca corrigir a falta de cumprimento do artigo 205 da Constituição Federal de 1988, que estabelece a Educação como um direito de todos, incumbindo tanto ao Estado quanto à família sua promoção. Contudo, Paulo Freire (2015, p. 89) destaca que “[...] apesar de iniciativas como o Alfabetização Solidária, do Governo Fernando Henrique Cardoso e o Brasil Alfabetizado, iniciado no Governo Luiz Inácio Lula da Silva e mantido no governo Dilma Rousseff, a alfabetização de adultos e sobretudo de idosos avança em ritmo lento”. Ainda que desafiadora, a EJA desempenha papel fundamental na democratização do acesso à educação no país, especialmente entre grupos excluídos do sistema educacional formal, no decorrer dos anos.

A Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA- EPT), no Brasil, teve seu início oficial, em 2007, com a criação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), por meio do Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A iniciativa foi desenvolvida pelo Ministério da Educação (MEC), em parceria com outras entidades e instituições educacionais, como parte dos esforços para promover a educação e a formação profissional de jovens e adultos no Brasil. A EJA-EPT combina a conclusão da Educação Básica (ensino fundamental e médio) com a formação profissionalizante, dando aos

estudantes a oportunidade de retomar os estudos e, ao mesmo tempo, adquirir habilidades técnicas e competências para o mundo do trabalho.

Em 2024, durante seu terceiro mandato como presidente, Luiz Inácio Lula da Silva lançou o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos, visando especialmente aqueles que não concluíram a educação básica na idade apropriada³. O pacto tem o objetivo de promover a inclusão educacional e proporcionar uma educação de qualidade para todos, independentemente da idade. Vale destacar que um dos seus objetivos é ampliar a oferta da EJA integrada à EPT, foram almejados investimentos e estratégias para essa expansão e qualificação.

Na EJA-EPT, os currículos são integrados, combinando disciplinas da Educação Básica com disciplinas da área profissional. São oferecidas atividades práticas e estágios que permitem aos alunos aplicar os conhecimentos teóricos em situações reais de trabalho, sendo relevante para adultos que buscam se qualificar profissionalmente e melhorar suas condições de empregabilidade, ao mesmo tempo em que concluem sua formação básica. Souza, Freitas e Arena (2019, p. 44) defendem que “a EJA é uma ação para além de mercado de trabalho; é uma iniciativa que favorece a constituição do ser de forma omnilateral”. A EJA-EPT visa contribuir para a formação integral dos estudantes, preparando-os não apenas para o mundo do trabalho, mas também para a cidadania e o exercício pleno de seus direitos e deveres na sociedade.

3 A EJA-EPT NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA - IFRO

A Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA- EPT) nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) teve início logo após a criação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Os Institutos Federais passaram a oferecer cursos técnicos integrados ao ensino médio para jovens e adultos que não tiveram oportunidade de concluir os estudos na idade regular.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO foi criado pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Atualmente o IFRO possui 10 unidades (*campi*) que atendem de forma presencial 09 municípios do estado de Rondônia. Há, também, 44 pólos de Educação a Distância – EaD, por meio dos quais o IFRO expande suas atividades no estado de Rondônia. Ainda, possuem 15 polos de EaD nos estados de Minas Gerais, Pernambuco e Paraíba, além de 01 (um) polo de EaD internacional, no país vizinho - Bolívia e 12 polos de EaD em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes (Universidade Aberta do Brasil-UAB).

³ Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria (BRASIL, 2016);

De acordo com o Art. 7º da Lei nº 11.892 os Institutos Federais têm, dentre outros, o objetivo de “1 - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos”. A intenção é proporcionar uma formação profissionalizante aos estudantes logo após o término do ensino fundamental. Essa integração entre a base comum do ensino médio e o curso técnico busca garantir uma formação mais completa de modo a ampliar as oportunidades de inserção no mundo do trabalho e contribuir para o desenvolvimento de suas habilidades e competências.

O relatório do Observatório Regional do IFRO, intitulado "Síntese Informativa de Indicadores Socioeconômicos e Educacionais dos municípios do estado de Rondônia SIM-RO", emitido em março de 2024, com base nos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) - Censo Escolar da Educação Básica 2023, revela que o número total de matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Rondônia, no ano de 2023, foi de 19.512. Esse total engloba matrículas em diferentes etapas de ensino, incluindo EJA Ensino Fundamental, EJA Ensino Médio, Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) nos níveis Fundamental e Médio, além do Curso Técnico Integrado à EJA (EJA Integrada à Educação Profissional de Nível Médio).

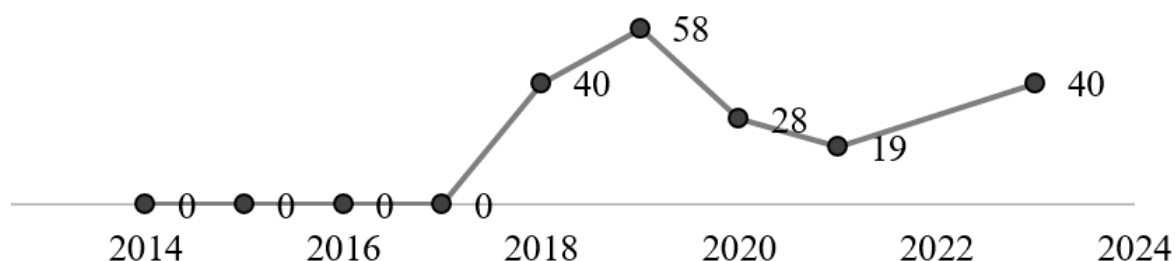
Considerando que o enfoque institucional do IFRO está na etapa final da Educação Básica, o Ensino Médio, o IFRO tem como meta disponibilizar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) a partir desse nível educacional. Assim, o público-alvo da EJA-EPT do IFRO são indivíduos maiores de 18 anos que tenham concluído o Ensino Fundamental e buscam uma oportunidade de completar o ensino médio, ao mesmo tempo em que desejam adquirir uma qualificação profissional, para aqueles que, não puderam concluir seus estudos na idade apropriada e agora buscam uma segunda chance de aprimoramento educacional e inserção no mundo do trabalho.

Segundo Araújo e Simonard (2023), quase três quartos dos jovens entre 18 e 24 anos enfrentam atrasos ou abandonaram os estudos, especialmente durante a transição para o Ensino Médio, o que acarreta consequências sérias a longo prazo para indivíduos e sociedade. A educação é um pilar essencial para o desenvolvimento individual e coletivo, vital para o progresso econômico, social e cultural de uma nação. Quando uma parcela significativa da juventude não completa sua educação formal, isso resulta em uma mão de obra menos qualificada, limitando a capacidade de inovação e competitividade global da sociedade, além de contribuir para taxas mais altas de desemprego e subemprego, de modo a aumentar a desigualdade e a instabilidade social. O abandono do Ensino Médio, com frequência, ocorre devido à necessidade de trabalhar para complementar a renda familiar, o que leva os jovens a ingressarem antes no mundo do trabalho, em postos desqualificados e mal remunerados (Araújo & Simonard, 2023).

Ao oferecer a possibilidade de cursar o ensino médio de forma integrada a uma formação profissionalizante, a EJA-EPT do IFRO desempenha um papel significativo na promoção da inclusão social e no desenvolvimento pessoal, educacional e profissional de indivíduos que buscam oportunidades de crescimento, o que contribui para a formação de uma sociedade mais equitativa.

O Gráfico 1, abaixo, é uma releitura dos Painéis Estatísticos do Censo Escolar de 2023, que demonstra a evolução das matrículas na rede federal da EJA-EPT em Rondônia de 2014 a 2023.

Gráfico 1 - Evolução de matrículas da EJA-EPT em Rondônia de 2014 a 2023.



Nota: Elaborado pelas pesquisadoras a partir do Censo escolar de 2023.

Embora os dados do Censo Escolar de 2023 abranjam o período de 2014 a 2023, as matrículas na rede federal da EJA-EPT em Rondônia só foram registradas a partir de 2018. Houve uma queda no número de matriculados durante os anos da pandemia de Covid-19, de 2020 a 2021, e a ausência de dados em 2022 pelo mesmo motivo. Ao cruzar os dados do Censo Escolar de 2023 com os dados de matrículas do IFRO, constatamos que todas as matrículas da EJA-EPT na rede federal de Rondônia pertencem ao IFRO.

No momento, o IFRO *campus* Guajará-Mirim é o único a oferecer EJA-EPT. Em 2018, inaugurou sua primeira turma com o curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio. Uma pesquisa conduzida por Souza et al. (2019) analisou o início das atividades deste curso e destacou que sua implementação enfrentou desafios significativos. O curso atraiu inicialmente cerca de 200 candidatos, porém muitos foram desclassificados durante o processo de matrícula devido a irregularidades. Após uma chamada pública, as aulas foram iniciadas em fevereiro de 2018, no período noturno. O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) revelou uma estrutura focada na área de Informação e Comunicação, integrando-se ao Ensino Médio, com 40 vagas anuais e uma carga horária total de 2.433 horas.

A análise da trajetória do curso mostra um quadro de evasão preocupante, de acordo com Souza et. al (2019) a turma chegou ao 3º período com apenas 13 alunos remanescentes da primeira turma. Tal fato é atribuído a diversos fatores como incompatibilidade de horários de trabalho, dificuldades acadêmicas e heterogeneidade na sala de aula. Os autores apontam a necessidade de intervenções pedagógicas, metodológicas e sociais para repensar o projeto e proporcionar suporte aos alunos, tendo em vista as especificidades da modalidade EJA e seu propósito mais amplo além da formação profissional, o qual visa uma participação plena na sociedade. A professora colaboradora P2, coordenou o curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, na modalidade EJA-EPT ofertado no IFRO *Campus* Guajará Mirim e mencionou que o mesmo esteve ativo de 2018 a 2022, sendo posteriormente substituído pelo curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio, na modalidade EJA-EPT.

Em 2023, o Instituto Federal de Rondônia (IFRO) registrou um total de 40 matrículas na modalidade EJA-EPT. Os dados do Censo Escolar deste ano indicam uma distribuição equitativa entre os sexos masculino e feminino, com 20 matrículas para cada grupo. Em relação à faixa etária, a maioria dos estudantes tem entre 20 e 39 anos. Até o momento, há poucos registros nos relatórios do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) do IFRO, que começou a ser operacionalizado em 2021. Esses dados corroboram as informações fornecidas pela professora P2, confirmando que o único curso documentado na modalidade EJA-EPT é o Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio, oferecido pelo campus Guajará-Mirim.

A análise dos dados dos relatórios emitidos pelo SUAP revela uma significativa redução no número de estudantes matriculados no primeiro período do curso de Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio - EJA-EPT, que passou de 47 alunos para 22 alunos no segundo período de 2024. Ao investigar em detalhes, observa-se que essa diminuição ocorreu sem que haja clareza dos motivos, uma vez que, de acordo com o que consta no sistema, 15 estudantes foram classificados como evadidos, deixaram o curso sem formalizar sua saída; 09 (nove) estudantes tiveram suas matrículas canceladas, cujos motivos não são especificados nos registros e 01 (um) estudante foi reprovado por falta. A não especificação do(s) motivo(s) do declínio do aluno no sistema, impossibilita a compreensão das razões por trás da redução no número de alunos.

Conforme o PDI do IFRO para 2023-2027, a meta é oferecer pelo menos quatro cursos para a EJA-EPT. O IFRO planeja a realização do I Encontro da EJA-EPT no IFRO, a fim de proporcionar um espaço de debate e socialização do tema entre educadores, alunos e interessados na área. O encontro visa fortalecer a EJA-EPT como modalidade fundamental para inclusão e desenvolvimento socioeconômico, além de promover conscientização sobre sua importância na redução da desigualdade educacional e na preparação de uma sociedade mais justa e inclusiva. Espera-se que o evento estimule a elaboração de políticas mais eficazes e o aprimoramento das práticas pedagógicas, com vistas a contribuir para a melhoria da qualidade da educação oferecida pelo IFRO e o alcance de seus objetivos institucionais.

3.1 Vivências, memórias e reflexões das professoras em busca de uma proposta pedagógica para a EJA-EPT no IFRO

O *campus* Guajará-Mirim, encerrou seu primeiro curso EJA-EPT pouco tempo após o início. O segundo curso nessa modalidade já aponta para um baixo número de alunos formados. Diante da falta de registros sobre as razões da evasão e do cancelamento das matrículas, consultamos as professoras envolvidas na experiência da EJA-EPT no IFRO para identificar as principais dificuldades enfrentadas nos cursos.

Para as colaboradoras, os desafios na oferta da EJA-EPT do IFRO relacionam-se a diversos aspectos. Esses incluem o alto índice de desistência e evasão, dificuldades em integrar o ensino médio ao técnico para pessoas com grande defasagem curricular, cansaço do trabalho ou idade, restrição de tempo para estudos fora da instituição além das aulas, lacunas escolares de até mais

de 20 anos entre os alunos, grande disparidade de idade nas turmas, que variam desde adolescentes até idosos, diferentes níveis de escolaridade na mesma turma, desde semianalfabetos até graduados, dificuldade de domínio tecnológico, a considerar que os cursos têm um percentual de componentes em Educação a Distância (EaD), cursos que não correspondem ao perfil de ingresso da EJA-EPT, sobretudo aqueles que demandam muito pensamento lógico e cálculos, e os desafios específicos da EJA-EPT na modalidade EaD, como a falta de métodos adequados para acompanhamento e a falta de conhecimento básico para atender as especificidades dos alunos.

Apesar da significativa relevância da oferta da EJA-EPT no sistema prisional, as experiências das professoras colaboradoras foram distintas. Uma delas mencionou que alguns estudantes viam a escola como uma motivação para deixar o sistema prisional, mas não frequentavam regularmente as aulas. Por outro lado, a outra professora relatou que era feito um controle semanal de frequência e de entrada/saída, que era repassado à Secretaria de Justiça (SEJUS).

Para as colaboradoras, a elaboração do Projeto Pedagógico de Curso EJA-EPT precisa ser realizada por pessoas que conhecem as realidades da EJA e que a ação para aumentar a oferta dessa modalidade de ensino no IFRO deve estar atrelada a realização de uma pesquisa de demanda local para que o curso seja ofertado de acordo com a necessidade e interesse dos alunos. Ressaltaram a importância da concepção de um novo curso com foco exclusivo na EJA-EPT, enfatizando que não é adequado adaptar cursos regulares de ensino médio integrado ao técnico, tampouco compará-los em termos de taxas de evasão, reprovação, frequência, notas, entre outros aspectos, visto o perfil heterogêneo dos alunos, que inclui diferentes faixas etárias, experiências educacionais prévias e objetivos de vida variados. Compará-los diretamente a outros cursos desconsidera suas particularidades.

Também foi ressaltada a importância e a necessidade de considerar as profissões do futuro ao propor a parte técnica do currículo da EJA-EPT, adaptando os programas de estudo para preparar os alunos para as demandas do mundo do trabalho em constante evolução, o que envolve identificar as habilidades e competências necessárias para as profissões emergentes e integrá-las ao currículo, garantindo que os alunos estejam bem preparados para enfrentar os desafios do mundo profissional atual e futuro. Ao incluir elementos técnicos relevantes e atualizados no currículo da EJA-EPT, os alunos têm uma melhor chance de adquirir as habilidades necessárias para se destacarem em suas carreiras e contribuírem de forma significativa para a sociedade.

Outro ponto destacado pelas colaboradoras está relacionado à preparação e formação continuada dos professores com metodologias e estratégias de ensino voltadas para o ensino da EJA-EPT que abordem o trabalhar a partir da experiência dos alunos, pois são pessoas amadurecidas, que têm conhecimentos valiosos a serem explorados pelo professor. Araújo e Simonard (2023) reforçam que:

[...] pensar a Formação de Professores para atuarem na Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT) pelo contexto das políticas públicas, permite rupturas na construção de ações didático-pedagógicas que possibilitem ao professor, em específico ao bacharel ou tecnólogo, mobilizar saberes para além da aula técnico-operacional. A formação deve

instigar o docente a planejar aulas/atividades que possam mediar às relações entre teoria e prática, para que os conhecimentos/saberes profissionais sejam construídos e constituídos de reflexão crítica e emancipadora. (Araújo & Simonard, 2023. p. 133)

Assim, os professores, em particular aqueles com formação em bacharelado ou tecnologia, precisam ir além do ensino técnico-operacional, a fim de incorporar uma abordagem que promova a reflexão crítica e emancipadora nos alunos. Araújo e Simonard (2023, p.136), ao se referirem à Meta 10 do Plano Nacional de Educação (PNE), afirmam que esta exige bastante dos docentes da EJA-EPT que precisam estar “em constante formação para atuarem com essa modalidade de ensino centrada nas adversidades do mundo do trabalho, da cultura, das relações sociais e nas múltiplas dimensões da formação de jovens e adultos”.

As professoras que participaram dos encontros destacaram que, além do desenvolvimento do currículo, a criação de um novo curso deve contemplar a flexibilização na aplicação de avaliações e outras atividades ao longo do curso. Souza et al. (2019, p. 53) coadunam que “a EJA é uma modalidade diferenciada, logo precisa ser organizada levando em consideração especificidades de tempo, espaço, metodologia e avaliação”. É preciso considerar o fato de que os alunos da EJA-EPT, de modo frequente, enfrentam desafios adicionais em suas vidas, como responsabilidades familiares e profissionais. Muitas vezes, esses alunos são os principais provedores de suas famílias, o que pode resultar na perda de aulas e na impossibilidade de participar de avaliações devido a situações e problemas familiares e de trabalho.

Essa flexibilização na aplicação de avaliações permite que os alunos tenham a oportunidade de conciliar suas responsabilidades familiares e profissionais com os compromissos acadêmicos. Isso não apenas reconhece as diversas circunstâncias enfrentadas pelos alunos da EJA-EPT, mas também promove uma abordagem mais inclusiva e adaptável, de maneira a garantir que todos os alunos tenham a oportunidade de ter êxito no curso, apesar de circunstâncias individuais.

Aguiar (2023) analisou o PROEJA como uma política pública voltada para o ensino profissionalizante e destacou que, apesar dos avanços educacionais, a educação desse segmento ainda é um desafio social. Ressaltou que o retorno às aulas após anos fora da escola é uma realidade desafiadora para muitos alunos do PROEJA, que buscam qualificação para melhorar suas vidas com determinação e dedicação.

Esta pesquisa foi impulsionada por uma questão fundamental: como elaborar uma abordagem pedagógica para os cursos de EJA-EPT do IFRO. Reconhecemos que isso demanda a adoção de uma diversidade de estratégias. A partir de nossos estudos e das experiências educacionais compartilhadas pelas colaboradoras, emergiram algumas diretrizes pedagógicas essenciais para orientar o planejamento de novos cursos ou a reformulação dos já existentes. Tais como: a) Criar programas/cursos específicos para a EJA-EPT, considerando horários flexíveis e metodologias adaptadas. b) Priorizar aulas presenciais à noite para maior eficácia e flexibilidade dos estudantes adultos. c) Oferecer canais alternativos de apoio e orientação individualizada para alunos com dificuldades específicas. d) Valorizar e reconhecer os esforços dos estudantes adultos, criando um ambiente acolhedor e incentivador. e) Flexibilizar o currículo para torná-lo relevante e aplicável à vida dos estudantes adultos. f) Estabelecer parcerias com empresas locais para estágios

e inserção no mundo do trabalho. g) Realizar campanhas de conscientização sobre a importância da Educação Básica, destacando histórias de ex-alunos da EJA-EPT.

Para garantir o êxito dos programas de Educação de Jovens e Adultos na Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT) no IFRO, é fundamental considerar as características específicas da comunidade e dos estudantes atendidos. Isso requer uma análise meticulosa que

abrange desde a identificação das necessidades dos arranjos produtivos locais até a preparação dos docentes e equipe pedagógica que acompanharão esses estudantes. Não é viável oferecer EJA-EPT sem uma formação continuada abrangente para todos os servidores que terão contato com esse público. Não apenas os docentes e equipe pedagógica, mas todos os funcionários, pois os estudantes da EJA-EPT podem precisar usar recursos como a biblioteca ou laboratório de informática sem experiência prévia. Portanto, é essencial capacitar todos os envolvidos para que possam proporcionar um ambiente educacional acolhedor e eficaz, garantindo assim que os estudantes tenham as habilidades necessárias para alcançar o sucesso acadêmico e profissional.

Paulo Freire (2001) observa que, no Brasil e em outros países da América Latina, a Educação de Adultos se aproxima do conceito de educação popular, à medida que a realidade exige sensibilidade e competência científica dos educadores. Araújo e Simonard (2023) concordam e destacam que, ao longo dos anos, a EJA esteve à margem do processo educacional no Brasil, sendo excludente para sua classe trabalhadora devido aos horários e locais pouco acessíveis, além da qualidade do ensino e dos recursos quase sempre inferiores, de modo a perpetuar as desigualdades educacionais.

Paulo Freire (2001) defende uma abordagem educacional voltada à conscientização e a transformação social. Acredita que os professores precisam ir além da transmissão de conhecimento e se envolverem na realidade social de seus estudantes, entender suas condições de vida, seus desafios e suas experiências dentro de seu contexto social, econômico e cultural. Freire (2001) salienta a importância de os educadores e educadoras não se limitarem apenas aos procedimentos e conteúdos padronizados e engessados dos programas, mas trabalhar no sentido de selecionar e ensinar temas relacionados à realidade de cada localidade onde o curso é desenvolvido, de forma que os assuntos não sejam estranhos aos estudantes. Para isso, os educadores precisam estar atentos e envolvidos com o que acontece nas comunidades, pois essas experiências são essenciais para uma EJA mais significativa e contextualizada.

Ao mergulhar na realidade social dos alunos, os professores podem adaptar sua prática pedagógica para torná-la mais significativa para os estudantes, ao incorporar temas e problemas de seus cotidianos nas aulas, no intuito de identificar e abordar questões de injustiça, desigualdade e exclusão, com vistas a promover uma aprendizagem comprometida com o desenvolvimento do pensamento crítico e com a possibilidade de o estudante compreender e transformar a sociedade da qual é parte.

Freire (2013, 2015) afirma que o professor precisa ajudar o aluno a estabelecer relação entre o conteúdo que ele aprende na escola com a sua realidade e vivência na comunidade, de maneira a enfatizar a importância do conhecimento que o aluno possui para alcançar uma

compreensão mais profunda e crítica das coisas. É necessário ajudá-lo a se compreender, a reconhecer suas limitações e preconceitos, para então persuadi-lo a questionar, analisar e buscar novas perspectivas que vão além do conhecimento trazido por ele. A superação do senso comum requer uma reflexão que precisa partir do estudante, mas que também o transcende.

Paulo Freire (2001) aborda a necessidade de se valorizar a experiência de vida dos estudantes e defende uma educação que promova a autonomia, a participação cidadã e a emancipação dos oprimidos, de modo a visualizá-la como um método para a transformação de uma sociedade mais justa e igualitária.

Assim, torna-se evidente a necessidade de criar novas estratégias para aumentar o número de matrículas na EJA-EPT no IFRO e oferecer educação gratuita e de qualidade aos que por algum motivo não completaram essa etapa não tiveram oportunidades na idade apropriada. Além disso, é crucial pensar em ações para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão bem-sucedida da EJA articulada à EPT.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é essencial para democratizar o acesso à educação, ao abranger aqueles que não completaram os estudos na idade convencional, com destaque para os grupos que foram historicamente marginalizados ou que enfrentam dificuldades específicas em acessar a educação formal, tais como trabalhadores que precisam conciliar trabalho e estudo, pessoas em situação de vulnerabilidade social, em situação de rua, migrantes, refugiados, pessoas em privação de liberdade, minorias étnico-raciais que podem enfrentar discriminação e exclusão, mulheres que enfrentam desigualdades de gênero e responsabilidades familiares que dificultam a continuidade ou início de estudos formais, pessoas com deficiência que podem enfrentar barreiras físicas, sensoriais ou cognitivas, idosos que buscam aprender ou atualizar conhecimentos em uma fase posterior da vida.

5 REFERÊNCIAS

- Aguiar, L. R. T. (2023).** *PROEJA: uma política pública voltada para a efetivação do ensino profissionalizante de jovens e adultos* [Artigo de curso superior, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia]. Repositório IFRO. <https://repositorio.ifro.edu.br/server/api/core/bitstreams/5c8b96c8-8435-417f-b90d-15529d03fbd3/content>. Acesso em: 06 abr. 2024.
- Araújo, L. F. V. C. de, & Simonard, P. (2023).** A educação de jovens e adultos na rede federal de educação profissional e tecnológica (RFEPCT): algumas questões importantes. *Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores*, 15(33), 127–139. <https://doi.org/10.31639/rbfp.v15i33.699>. Disponível em:

Fox, F. (2019). Encontros nos espaços virtuais: conduzindo grupos-foco on-line. In V. Braun, V. Clarke, & D. Gray (Orgs.), *Coleta de dados qualitativos: um guia prático para técnicas textuais, midiáticas e virtuais* (pp. 316–342). Vozes.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6ª ed.). Atlas.

IFRO. (n.d.). *Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI*. Instituto Federal de Rondônia. <https://portal.ifro.edu.br/educacaoadistancia-nav>. Acesso em: 16 mar. 2024.

IFRO. (2024). *Relatório do observatório regional do IFRO: Síntese informativa de indicadores socioeconômicos e educacionais dos municípios do estado de Rondônia (SIM-RO)*. Documento não publicado, Instituto Federal de Rondônia, Porto Velho.

Ludke, M., & André, M. E. D. A. (2017). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas* (2ª ed.). EPU.

Severino, A. J. (2017). *Metodologia do trabalho científico* (24ª ed.). Cortez.

Souza, M. J. R., Freitas, S. L., & Arena, D. B. (2019). História e perspectivas: implantação da Educação de Jovens e Adultos no IFRO. In C. Blackman, J. C. Miguel, & M. J. R. Souza (Orgs.), *A educação de jovens e adultos: práticas, políticas e desafios* (pp. 43–56). CRV.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

Santos, L. G. dos, & Nunes, M. J. de O. (2025). ENTRELAÇOS DA EJA COM O ENSINO MÉDIO EPT NA AMAZÔNIA RONDONIENSE: POSSIBILIDADES PARA A CONCLUSÃO DA FORMAÇÃO BÁSICA E A PREPARAÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO. *HOLOS*, 3(41). Recuperado de <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/18557>

SOBRE OS AUTORES

M. J. O. NUNES

Doutora e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Mestrado e Doutorado Profissional da Universidade Federal de Rondônia (PPGEEProf/UNIR). Pedagoga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), Campus Colorado do Oeste. Diretora de Desenvolvimento do Ensino do IFRO. Integrante do Grupo de Pesquisa Multidisciplinar em Educação e Infância (EDUCA).

E-mail: marcia.nunes@ifro.edu.br

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-1568-0462>

L. G. SANTOS

Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Rondônia (2017) com habilitação em docência na Educação Infantil, Ensino Fundamental – anos iniciais e Educação de Jovens e Adultos. Pós-graduada em Gestão Escolar. Atualmente, é pedagoga no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, na Pró-Reitoria de Ensino, junto à Coordenação dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio.

E-mail: lindelaine.santos@ifro.edu.br

ORCID ID: <https://orcid.org/0009-0009-7234-0008>



Editora Responsável: Francinaide de Lima Silva Nascimento

Pareceristas *Ad Hoc*: Carlos Edinei de Oliveira e Arlete Ramos dos Santos



Recebido 28 de abril de 2025

Aceito: 16 de novembro de 2025

Publicado: 22 de dezembro de 2025